



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Copyright (c) 2023 Arthur Britta Scandelari, Dionei Moreira Gomes

Fonte: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8671346>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Referência

SCANDELARI, Arthur Britta; GOMES, Dionei Moreira. Protocolo de pesquisa sobre sintagmas adposicionais. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, SP, v. 23, e023010, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/liames.v23i00.8671346>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8671346>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Protocolo de pesquisa sobre sintagmas adposicionais

Arthur Britta Scandelari

Universidade de Brasília, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7484-4087>

Dioney Moreira Gomes

Universidade de Brasília, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7937-2370>

ABSTRACT: We present a research protocol designed to investigate the syntactic function of adpositional phrases. This tool is intended to collect data on research already carried out on these phrases. In order to illustrate the use of the proposed methodology, we provide an example of practical use in descriptions of the Apyãwa/Tapirapé indigenous language (Tupi-Guarani branch). The protocol is composed of twenty-five questions, of a morphological, syntactic, pragmatic, semantic and terminological nature, aimed at initially answering a main question —how have adpositional phrases been treated in research: arguments or adjuncts? As a result of its use in more languages, we included the function “predicate” in our questioning, a function also presents in the descriptions and analyses. The elaboration of the protocol was supported by theoretical subsidies of a typological and functionalist nature. Among them, we work with a hypothesis of differentiation between the identified functions, based on the concept of linguistic prototype, that is, that some members of a category exhibit the greatest number of properties that characterize the class to which they belong and that the differentiation between them it is not absolute. This vision is explicit in the document when we propose a scale between predicate, argument and adjunct for the classification of adpositional phrases, based on the formal and functional characteristics identified in the researched languages. According to the results that this methodological approach provides, it is possible to verify if the researches that deal with such phrases provide criteria to understand the distinction between the functions of predicate, argument and adjunct and if such criteria allow typological generalizations. We hope, therefore, to contribute to the identification and possible proposal of grammatical patterns that are cross-linguistically comparable, and also to help standardize research on the subject.

KEYWORDS: Protocol; Adpositional phrases; Indigenous languages; Typology.

RESUMO: Apresentamos um protocolo de pesquisa elaborado com o intuito de investigar a função sintática dos sintagmas adposicionais. Essa ferramenta destina-se à coleta de dados em pesquisas já realizadas sobre esses sintagmas. A fim de ilustrar o uso da metodologia proposta, fornecemos exemplo de aplicação prática em descrições da língua indígena Apyãwa/Tapirapé (família tupí-guaraní). O protocolo é composto de vinte e cinco perguntas, de natureza morfológica, sintática, pragmática, semântica e terminológica, voltadas a responder, inicialmente, a um questionamento principal — como os sintagmas adposicionais têm sido tratados nas pesquisas: argumentos ou adjuntos? Posteriormente, incluímos a categoria “predicado” em nosso questionamento, função também presente nas descrições e análises linguísticas. A elaboração do protocolo amparou-se em subsídios teóricos de natureza tipológica e funcionalista. Entre eles, trabalhamos com uma hipótese de diferenciação entre as funções identificadas, baseada no conceito de protótipo linguístico, isto é, de que alguns membros de uma categoria exibem o maior número de propriedades que caracterizam a classe a que pertencem e que a diferenciação entre eles não é absoluta. Essa visão é explicitada no documento, ao propormos uma escala entre predicado, argumento e adjunto para a classificação dos sintagmas adposicionais, tomando como base as características formais e funcionais identificadas nas línguas pesquisadas. De acordo com os resultados que essa abordagem metodológica propicia, é possível verificar se as pesquisas que tratam de tais sintagmas fornecem critérios para compreendermos a distinção entre as funções de predicado, argumento e adjunto e se tais critérios permitem generalizações tipológicas. Esperamos, assim, contribuir para a identificação e possível proposição de padrões gramaticais comparáveis translinguisticamente, e também auxiliar na padronização de pesquisas sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Protocolo; Sintagmas adposicionais; Línguas indígenas; Tipologia.

1. Introdução

Ao pesquisar as descrições já realizadas sobre sintagmas adposicionais, deparamos com diferentes metodologias e critérios de análise dos dados. Em consequência, sentimos a necessidade de adotar uma ferramenta que guiasse o olhar do pesquisador em meio a essa variedade, facilitasse a identificação dos critérios empregados e, como resultado, viabilizasse a padronização das análises. Deste modo, elaboramos um protocolo de pesquisa com o intuito de auxiliar na investigação das funções sintáticas do sintagma adposicional. O presente artigo visa apresentar esse recurso metodológico e ampliar o debate sobre a necessidade de adotarmos metodologias comuns de pesquisa.

O protocolo é composto de vinte e cinco perguntas, de natureza morfológica, sintática, pragmática, semântica e terminológica, voltadas a responder, inicialmente, a um questionamento principal — como os sintagmas adposicionais têm sido tratados nas pesquisas: argumentos ou adjuntos? Em decorrência da aplicação do protocolo, realizada também nas descrições das línguas Guajá (Magalhães 2007) e Kamaiurá (Seki 2000), ambas da família tupí-guaraní, incluímos a categoria “predicado” em nosso questionamento, função presente nas descrições e análises dessas línguas.

Entre as vantagens de empregar esta ferramenta, além de padronizar o trabalho de pesquisa e contribuir para o estabelecimento de metodologia uniforme entre os pesquisadores, ressaltamos a possibilidade de construir uma base de dados comparável tipologicamente. Esclarecemos, porém, que o protocolo não foi pensado para ser aplicado às comunidades de falantes, em trabalho de campo, mas às descrições já realizadas.

O presente artigo está organizado da seguinte maneira: além da Introdução (§1), contextualizamos os tipos de problema que nos levaram à elaboração deste recurso em §2. Os objetivos que delineamos para o protocolo são listados em §3. Na seção principal (§4), apresentamos o protocolo em si, detalhando sua estrutura, preceitos subjacentes e comentando as questões. Em §5, fornecemos exemplo de aplicação prática na língua Apyãwa, também conhecida por Tapirapé (família tupí-guaraní). Finalmente, concluímos com as considerações finais (§6), seguidas das referências bibliográficas que nortearam as análises.

2. Contextualização e desafios

Na tradição da linguística ameríndia, os constituintes nominais com função de sujeito e objeto são amplamente estudados e, em geral, são classificados como argumento, com algumas variações terminológicas, a exemplo de “argumento da oração/sentença”, “argumento necessário/obrigatório”, “argumento nuclear”, entre outros (cf. Magalhães 2007; Praça 2007; Seki 2000). Os constituintes adposicionais, por outro lado, são menos estudados e, quase sempre, são classificados como adjunto.

Para ilustrar esse fato, selecionamos um exemplo da língua Apyãwa. Os dados linguísticos aqui apresentados mostram numeração sequencial entre parênteses, seguida da numeração original das obras consultadas:¹

¹ Abreviaturas utilizadas neste trabalho: 1, 2, 3: primeira, segunda e terceira pessoas; 1 incl.: primeira pessoa do plural inclusiva; A: agente, sujeito de verbos transitivos; ATE: atenuativo; CAUS: causativo; cf.: conferir; HAB: aspecto habitual; I: Série I; II: Série II; INT: intensivo; I2: indicativo 2; LOC: locativo; MASD: mantenedor de agentividade do sujeito demovido; N.PAC: nominalização de paciente; O: objeto; OI: objeto indireto; P: paciente, objeto; PAS.REC: passado recente; PL: plural; POS: posição; R: prefixo relacional; REFER/RFR: referenciante; Sa: sujeito de verbos intransitivos ativos; SG: singular; So: sujeito de verbos intransitivos descritivos; SVO: sujeito-verbo-objeto.

- (1) [291a] 'ãwãxi'i-ø a-xaak **ma'i'i-ø**
 arroz-REFER 3.I-pilar Ma'i'i-REFER
 'Ma'i'i pilou o arroz'
- (2) [291b] porãke'i-ø a-xaak-**akâr** 'ãwãxi'i-ø [[ma'i'i-ø] ø-we]
 Porãke'i-REFER 3.I-pilar-**MASD** arroz-REFER Ma'i'i-REFER R-POS
 'Porãke'i pilou o arroz por meio de Ma'i'i'
 (Praça 2007: 108, colchetes nossos)

Ao analisar esses dados, referentes à formação de uma estrutura causativa, como se nota pela inserção do agente causador *Porãke'i*, em 2, e da demissão do antigo sujeito (*Ma'i'i*), Praça (2007: 108) afirma que

A introdução de um novo participante no evento, no qual há dois participantes, gera uma reorganização na estrutura argumental. Com a introdução do *causador*, o participante que ocupava a posição de sujeito é demovido para a posição de oblíquo, que é regida pela posposição *we* 'dativo'. A posição de objeto, por sua vez, mantém-se inalterada, como demonstram os dados [...].

Apesar de empregar a terminologia "oblíquo", Praça (2007: 110) acaba por tratar o constituinte causado como adjunto, o que fica claro ao fazer analogia com as expressões adverbiais e a ativação do chamado "indicativo 2"² pois o acionamento do indicativo 2 é usado como teste para identificar adjuntos: "Os oblíquos *causado* decorrentes da marcação do sufixo {-**akâr**}, à semelhança das expressões adverbiais, também ativam o indicativo 2, ao ocuparem a posição mais à esquerda da sentença".

Diante de análises similares, e buscando compreender os sintagmas adposicionais nas línguas indígenas, passamos a nos perguntar se todos esses sintagmas seriam, de fato, adjuntos ou poderiam exercer função mais nuclear. No exemplo 2, buscamos saber se o constituinte causado [[*ma'i'i-ø*] *ø-we*] 'por meio de Ma'i'i' deveria ser considerado adjunto apenas pelo fato de estar em um sintagma posposicional (SP) e ser capaz de acionar o indicativo 2. Ou seja, será que tal constituinte não poderia ser entendido como argumento devido ao uso do chamado sufixo MASD 'mantenedor de agentividade do sujeito demovido' proposto por Praça (2007)? Não seria possível entender o MASD como morfema que aumenta a valência do verbo *xaak* 'pilar' de dois participantes (agente direto e paciente) para, na construção causativa, três participantes (agente direto/causado, paciente e agente indireto/causador³)?⁴ No exemplo em questão, o predicado modificado pelo sufixo causativo MASD abre nova vaga argumental, preenchida por um agente indireto (causador) na posição de sujeito, e prevê a manutenção do agente direto (causado), o qual passa a ocorrer no sintagma introduzido pela posposição *we* 'dativo'. A dúvida principal que permanece é: então, até que ponto esse SP seria, de fato, um adjunto?

² Em muitas línguas da família tupí-guaraní, quando um sintagma adverbial ou posposicional é colocado em posição pré-verbal, ocorrem modificações na estrutura do verbo, que passa a receber marcas específicas. Esse verbo recebe um sufixo característico, que varia entre as línguas, e prefixos de pessoa geralmente usados em nomes e elementos estativos. Na maioria dessas línguas, a construção é acionada apenas quando o sujeito está na terceira pessoa. Para mais informações sobre essa construção, conferir Gomes e Scandolari (no prelo).

³ Os termos "causado" e "causador" também são conhecidos por *causee* e *causer*, respectivamente, conforme terminologia de Comrie (1981).

⁴ Em Kamaiurá, Seki (2000: 291) interpreta o morfema cognato {-*ukat*} 'causar, mandar, fazer' como sufixo causativo de verbos transitivos. De acordo com a autora, "[...] o sujeito original passa à condição de *Causee*, ocorrendo tipicamente como objeto indireto, assinalado pela posposição *upe* 'dativo'."

Para responder a tais questionamentos, contudo, precisávamos de um método de pesquisa que sistematizasse uma grande quantidade de informações e análises. Embora houvesse, a nosso favor, indícios dos próprios autores de que a classificação de adjunto não era suficiente para descrever os sintagmas adposicionais — seja por conta das terminologias utilizadas, como “argumento circunstancial”, “argumento oblíquo”, “complemento indireto” e até “objeto indireto” (cf. Scandelari e Gomes 2023), seja por conta das análises, a exemplo do MASD “mantenedor de agentividade do sujeito demovido” —, não dispúnhamos dos instrumentos adequados, o que ensejou a criação do presente protocolo.

3. Objetivos

Após a elaboração do protocolo, tomamos conhecimento do estudo de Salinas e Ospina Bozzi (2019) acerca de uma ferramenta para coletar informações sobre classes de palavras. As motivações de ambas as metodologias são tão semelhantes que aproveitamos parte dos objetivos já descritos e sistematizados por essas autoras para formular esta seção.

Deste modo, esperamos que este novo instrumento de pesquisa possibilite: 1. compreender a variedade de critérios adotados nas descrições e análises já realizadas sobre sintagmas adposicionais; 2. evidenciar que nenhum critério por si só é suficiente para estabelecer classificações;⁵ 3. chamar atenção dos linguistas que trabalham com projetos comparativos e tipológicos sobre a necessidade de adotar metodologias comuns,⁶ 4. contribuir para o estabelecimento de metodologia especializada e uniforme, que possa ser replicada; 5. construir base de dados comparável para fins de estudos tipológicos.⁷

Tais objetivos demonstram a importância dos instrumentos de pesquisa, seja na geração dos dados, seja na investigação metalinguística. No caso do protocolo, embora não seja uma ferramenta de geração de dados em campo, pode ser usado na criação de outras ferramentas que sirvam à obtenção de dados para responder a suas perguntas.

4. Estrutura e preceitos subjacentes ao protocolo

A elaboração deste documento de pesquisa se amparou em subsídios teóricos de natureza tipológica e funcionalista (cf. Haspelmath 2019, 2021; Creissels 2014; Furtado da Cunha e Souza 2011; Hagège 2010; Pantcheva 2010; Furtado da Cunha e Costa 2003; Dixon 2002; Givón 2001; Hopper e Thompson 1980; Rosch 1973). Deste modo, suas seções compreendem não apenas questionamentos gerais sobre o tema, mas também resultados esperados.

As perguntas destinam-se a facilitar e orientar a identificação dos pontos específicos da gramática nas descrições sobre as línguas: as adposições, os sintagmas adposicionais e o *status* sintático do participante adposicionado. Essas questões estão organizadas em subgrupos referentes a: definições formuladas pelos linguistas; descrições morfológicas, sintáticas, pragmáticas e semânticas; mudanças diacrônicas; e terminologia.

⁵ “[...] ningún criterio por sí mismo se puede postular como condición necesaria y suficiente para asignar una palabra a una clase particular” (Salinas; Ospina Bozzi 2019: 229).

⁶ “[...] llamar la atención de los lingüistas que deseen iniciar proyectos comparativos y tipológicos en el tema, sobre la pertinencia de recolectar datos usando metodologías comunes y replicables” (Salinas; Ospina Bozzi 2019: 225).

⁷ “Con esta herramienta se espera [...] contribuir a la construcción de una base de datos comparable que alimente el análisis de las lenguas y la teoría lingüística” (Salinas; Ospina Bozzi 2019: 223).

Espera-se que o pesquisador responda a cada questão com uma síntese sobre o que foi perguntado, seguida dos principais exemplos e referências bibliográficas que corroborem suas respostas. Apresentamos o protocolo a seguir, subdividido em seis seções para fins de exposição de sua estrutura.

4.1 Definições

O primeiro grupo de perguntas abrange nove itens e subitens referentes às definições sobre argumento, adjunto e predicado fornecidas pelos linguistas em suas obras. Tais questões foram elaboradas com o intuito de explicitar como os autores interpretam os termos que usam e, por conseguinte, de compreender suas análises.

1. *O(A) autor(a) usa o termo “argumento” ou “complemento”? Em caso afirmativo, como o define?*
 - 1.1 *O(A) autor(a) usa o termo “sujeito”? Em caso afirmativo, como o define?*
 - 1.2 *O(A) autor(a) usa o termo “objeto”? Em caso afirmativo, como o define?*
 - 1.3 *Quais são os tipos de objeto na língua?*
2. *O(A) autor(a) usa o termo “adjunto”? Em caso afirmativo, como o define?*
 - 2.1 *O(A) autor(a) usa algum termo semelhante a “adjunto”, tal como “adverbial”, “circunstante”, “circunstancial”, “periférico”, etc.? Em caso afirmativo, como o define?*
3. *O(A) autor(a) usa o termo “oblíquo”? Em caso afirmativo, como o define? (Esclarecer se “oblíquo” é tratado como argumento, como adjunto, como um elemento intermediário entre essas funções ou se não há posicionamento claro na obra. Distinguir entre os níveis da morfologia e da sintaxe)*
4. *O(A) autor(a) usa o termo “predicado”? Em caso afirmativo, o define em termos de informação sobre um sujeito (Aristóteles) ou em termos lógicos (Frege)? Ou usa algum outro critério?*
5. *O(A) autor(a) propõe algum critério sintático ou identifica alguma propriedade sintática para diferenciar argumentos e adjuntos?*

Na questão 5, ao definir o que é nuclear ou periférico na sintaxe da língua pesquisada, recomenda-se investigar se os pesquisadores explicitam o uso de testes de acessibilidade ou restrição a operações morfossintáticas, a exemplo das posições que podem ser relativizadas, como sujeito, objeto direto, objeto indireto, objeto oblíquo, genitivo e objeto de comparação (Keenan e Comrie 1977), ou ainda o controle de correferência.

Em nossa experiência, constatamos que os autores consideram desnecessário definir a grande maioria dos termos que empregam, partindo de um aparente pressuposto de que existe entendimento unânime sobre os conceitos, mesmo quando adotam expressões pouco habituais. No entanto, em Linguística, não apenas há oscilação de sentido dentro de uma mesma obra, mas também o significado dos termos varia substancialmente entre as obras, conforme a linha teórica adotada, a língua descrita e a data do estudo (cf. Scandelari e Gomes 2023).

Assim, esperamos que essas questões incentivem os linguistas a expor, ainda que de forma resumida, as definições mais relevantes em suas pesquisas, a fim de estimular uma posterior padronização terminológica em nossa área de estudos.

4.2 Morfologia e sintaxe

Este grupo de perguntas abrange seis itens e subitens relativos a características morfossintáticas das adposições e dos sintagmas adposicionais, incluindo a função sintática desses sintagmas. Tais questões tratam diretamente do objetivo principal do protocolo, que é compreender a relação sintática que os sintagmas adposicionais estabelecem com o restante da oração: predicado, argumento ou adjunto?

6. Adposições ocorrem com quais elementos? Qual a ordem deles?

6.1 Adposições ocorrem com argumento interno oracional?

Na questão 6, o foco é o comportamento interno dos sintagmas adposicionais. A resposta possivelmente incluirá nomes, pronomes, clíticos ou afixos, os quais poderão atuar como argumento interno do sintagma. Nesse momento, é importante identificar se existem elementos que ocorrem exclusivamente em sintagmas adposicionais.

O subitem 6.1 se diferencia da questão anterior por extrapolar o nível do sintagma nominal (SN) como argumento interno de adposição, pois nos interessa também verificar se é possível haver uma oração funcionando como argumento interno, sem que tenha sofrido nominalização. Passemos à próxima pergunta.

7. Existem semelhanças internas entre sintagmas nucleados por adposições, por nomes e por verbos? Em caso afirmativo, quais são elas?

Aqui, o que se pretende investigar é uma possível semelhança interna do sintagma adposicional com os sintagmas nominal e verbal (por exemplo, se ocorrem com os mesmos tipos de morfemas, como pronomes, clíticos ou afixos), a fim de verificar a existência de isomorfismo entre esses sintagmas. O isomorfismo pode indicar, por exemplo, mesma origem diacrônica entre as classes. No caso da família tupí-guaraní, adposições, nomes e verbos são capazes de predicar, no sentido de projetar argumentos (cf. Gomes 2016).

Nas questões de 8 a 10, o foco é o comportamento externo dos sintagmas adposicionais.

8. Como o(a) autor(a) descreve sintaticamente os sintagmas adposicionais?

O objetivo desta questão é investigar qual ou quais funções sintáticas foram atribuídas aos sintagmas adposicionais. Interessam, principalmente, construções transitivas com possível verbo ditransitivo (dar, mandar, enviar, colocar, trocar, etc.), construções com verbo considerado transitivo indireto, construções causativas formadas a partir de verbos transitivos e construções passivas. Aqui, é útil investigar operações de mudança de valência que incluam sintagmas adposicionais em seu resultado.

Um dos resultados de nossa pesquisa inicial sobre o tema e da aplicação do presente protocolo (cf. Scandelari 2021) foi a identificação de uma importante função sintática exercida por sintagmas adposicionais: núcleo de predicado. Isso nos levou a ampliar o problema inicial e reformular a escala (cf. pergunta 17 e seção 5), com a inclusão dessa função sintática ao lado das funções de argumento e adjunto originalmente pesquisadas. Logo, é relevante observar, nos dados da língua em estudo, se a função de predicado está entre as funções desempenhadas por sintagmas adposicionais.

9. *Há sintagmas adposicionais envolvidos com estruturas aplicativas? Em caso afirmativo, como se comportam sintaticamente?*

Esta questão é similar a um teste e foi criada com o intuito de verificar como a operação de valência das construções aplicativas, caso existam na língua investigada, influencia o comportamento dos sintagmas adposicionais.

10. *O que diferencia os sintagmas adposicionais de outros sintagmas?*

Esta é uma pergunta síntese que pode abranger elementos já constatados anteriormente e ampliar a análise, incluindo temas como focalização, interrogação, negação, omissão/apagamento não automático, posição, topicalização, entre outros. Também é possível testar propostas teóricas. Por exemplo, segundo proposta de Haspelmath (2019, 2021,), os sintagmas adposicionais com função de adjunto seriam mais marcados que os sintagmas com função de argumento, por serem menos usados e menos previsíveis que estes.

4.3 Pragmática e semântica

Este grupo de perguntas abrange seis itens e subitens relativos a aspectos pragmáticos e semânticos dos sintagmas adposicionais e das adposições, haja vista que, além de critérios formais (morfossintaxe), podem ser usados critérios funcionais (semântica e pragmática) para identificar a maior ou menor centralidade de um sintagma (cf. Gomes 2019; Creissels 2014; Epps 2008: 463-472; Givón 2001; Hagège 2010). Vejamos a primeira questão do grupo.

11. *Sintagmas adposicionais estão envolvidos em algum processo particular de focalização ou topicalização com implicações estruturais específicas? Em caso afirmativo, especifique.*

Esta é uma pergunta que foi motivada por nossas pesquisas com línguas tupí-guaraní, já que o deslocamento de sintagmas adposicionais para a posição pré-verbal aciona o chamado “modo indicativo 2” ou “modo circunstancial”, que tende a ser usado como teste sintático para identificar adjuntos (cf. Gomes e Scandelari, no prelo). Na interpretação de Praça, Magalhães e Cruz (2017), o sintagma deslocado para uma posição à esquerda do verbo passa a funcionar como predicado não verbal, e o verbo é nominalizado.

Apesar da motivação específica, a pergunta foi formulada de modo mais amplo, a fim de cobrir outros fenômenos semelhantes a esse, em outras famílias linguísticas. Caso a resposta à questão seja afirmativa, deve-se indicar quais morfemas estão envolvidos, se há implicações sintáticas e, principalmente, qual o contexto pragmático específico.

12. *Há adposições multifuncionais com função pragmática? Em caso afirmativo, especifique.*

Seguindo nosso posicionamento teórico, partimos do pressuposto de que adposições não atuam apenas como instrumentos gramaticais ou puramente relacionais. Pelo contrário, elas podem apresentar conteúdo semântico e implicações pragmáticas. Nesta perspectiva, exemplos de resposta podem incluir fonte da informação, modalização, voz de autoridade, entre outros.

A título de ilustração, Epps (2008: 463, tradução nossa⁸) identificou a existência de posposições multifuncionais na língua Hup: “Várias das posposições locativas são usadas para codificar relações temporais, além de relações espaciais, e, em alguns casos, elas têm funções abstratas adicionais, relacionadas ao discurso”. A posposição *hiyó?*, por exemplo, pode indicar lugar ‘sobre’, ‘em cima de’ ou ‘falha, erro’, enquanto a posposição *mi?*, além de também indicar lugar ‘sob’, ‘dentro de casa’, expressa as noções de ‘ao mesmo tempo’ e ‘apesar de’ (cf. Epps 2008: 465-466).

13. Quais papéis semânticos são expressos pelos sintagmas adposicionais?

Na questão 13, buscam-se todos os papéis semânticos exercidos pelos sintagmas adposicionais, como agente, causado, alvo, benefactivo, malefactivo, experienciador, origem, instrumento, locativo, paciente, tema, etc. Vejamos seus subitens.

13.1 Existe sintagma adposicional com função de agente, paciente, recipiente ou algum outro papel semântico translinguisticamente associado a argumento? Qual(is)?

13.2 Há adposições distintas para expressar lugar, meta e origem? Especifique.

13.3 Há alguma adposição que desempenha múltiplas funções semânticas? Em caso afirmativo, especifique a adposição e liste suas funções.

No subitem 13.1, direcionamos o olhar do pesquisador para papéis específicos. Por exemplo, estrutura passiva ou similar à passiva, construção causativa de verbo transitivo, papel de alvo ou receptor em verbos de três lugares (dar, contar, enviar, entregar, etc.). Caso ocorram com a mesma adposição, é importante refletir sobre o porquê e formular uma proposta. Apesar de estar em um subitem, essa pergunta é central no protocolo.

Para elaborar o subitem 13.2, nos baseamos na tipologia de Pantcheva (2010), segundo a qual as línguas tendem a ter marcadores distintos para expressar as noções de lugar, meta e origem. Se as línguas confirmarem esse padrão, será possível estabelecer relações entre essas adposições e os verbos que licenciam determinadas interpretações. Esse tipo de relação é um critério relevante na identificação de argumentos e adjuntos.

A escolha de construções locativas deve-se às diferenças constatadas no plano sintático e no semântico, isto é, ao fato de que os papéis semânticos associados a essas construções, apesar de serem expressos de maneira uniforme em diversas línguas, são controversos relativamente à classificação entre argumento ou adjunto. Assim, o protocolo pode auxiliar na descrição tipológica das funções semânticas das adposições, contribuindo para análises translinguísticas.

4.4 Diacronia e motivações teóricas

Concluimos as perguntas sobre adposições com uma abordagem diacrônica. As respostas às questões 14 e 15 podem ser o princípio de uma análise sobre gramaticalização.

⁸ “A number of the locative postpositions are used to encode temporal relations in addition to spatial relations, and in some cases they have further, more abstract discourse-related functions.”

14. *Há adposições derivadas? Em caso afirmativo, apresentam alguma particularidade frente ao conjunto das demais adposições? Especifique e informe percurso diacrônico, se possível.*

15. *Há afixos de caso com função semelhante à desempenhada pelas adposições?*

Em caso afirmativo, como o(a) autor(a) os diferencia das adposições?

A questão 15 foi pensada para nos aproximarmos do debate sobre a tênue distinção entre adposições e afixos de caso (cf. Hagège 2010; Haspelmath 2009). Como o tema é amplo, espera-se uma resposta sintética, com uma lista de afixos, para verificar suas semelhanças e diferenças em relação às adposições e subsidiar estudos futuros.

4.5 Terminologia

As terminologias utilizadas pelos autores podem fornecer indícios relevantes sobre como interpretam os sintagmas adposicionais. Neste sentido, embora tenhamos identificado (cf. Scandelari 2021) que os pesquisadores tendam a classificar esses sintagmas como adjunto, eles acabam por adotar terminologias associadas a elementos mais nucleares, a exemplo de “complemento de verbos intransitivos” (Magalhães 2007), “complemento posposicional” (Praça 2007), “objeto de comparação” e “objeto indireto” (Seki 2000).

Em consequência, na questão 16, espera-se um levantamento de todos os termos relativos aos sintagmas adposicionais adotados na obra pesquisada. Abreviaturas como A, Sa, So, O, OI, algumas das quais propostas por Dixon (1979),⁹ também devem ser consideradas.

Esclarecemos que, em Scandelari (2021), constatamos uma profusão de termos para os mesmos fenômenos e uma certa imprecisão em seus usos, o que pode dificultar a produção de trabalhos de caráter tipológico em larga escala. Isso acabou por mostrar que precisamos uniformizar os termos empregados em nossas pesquisas. Segue a pergunta sobre o tema:

16. *Com relação a adjuntos, argumentos, predicados e sintagmas adposicionais, quais termos o(a) autor(a) usa? Existe alguma terminologia particular?*

4.6 Conclusão

Por fim, na pergunta 17, espera-se que seja realizada uma síntese analítica a partir do que foi obtido nas questões anteriores:

⁹ Dixon (1979: 61, tradução nossa) assim define S, A e O: “Precisamos continuamente nos referir às três relações semântico-sintáticas centrais, e será útil empregar letras abreviatórias: Sujeito intransitivo: S, Sujeito transitivo: A, Objeto transitivo: O”. Em relação às abreviaturas Sa e So, Dixon (1979: 70, tradução nossa) afirma: “Para alguns verbos intransitivos, o SN S PODE ser o controlador da ação (por exemplo, *pular, falar*); isso poderia ser descrito como Sa. [...] Para outros verbos intransitivos, o SN S não pode controlar a ação (por exemplo, *quebrar, morrer, bocejar*) e tem o mesmo *status* semântico que um SN O (‘aquilo a que algo acontece’); podemos nos referir a isso como subtipo So de S.”

(“We shall need continually to refer to the three core semantic-syntactic relations, and it will be useful to employ abbreviatory letters: Intransitive subject: S, Transitive subject: A, Transitive object: O”

“For some intransitive verbs, the S NP CAN be controller of the action (e.g., jump, speak); this could be described as Sa. [...] For other intransitive verbs, the S NP can not control the action (e.g., break, die, yawn), and has the same semantic status as an O NP (‘that which something happens to’); we can refer to this as subtype So of S.”).

17. Apresente uma proposta de classificação escalar dos sintagmas adposicionais entre predicado, argumento e adjunto.

Trabalhamos com uma hipótese de diferenciação escalar entre os usos de sintagmas adposicionais como predicados, argumentos e adjuntos amparada no conceito de protótipo linguístico, isto é, de que alguns membros de uma categoria exibem o maior número de propriedades que caracterizam a classe à qual pertencem, e a diferenciação entre eles não é absoluta (cf. Rosch 1973).

Os fundamentos para o tratamento [\pm NUCLEAR] e escalar dos sintagmas adposicionais devem se basear nas características formais e funcionais identificadas nas próprias obras dos autores consultados. Tais escalas, por se basearem em pesquisa bibliográfica, são hipóteses e podem servir de programa de pesquisa aos especialistas que descreveram/analísaram as línguas.

5. Aplicação do protocolo de pesquisa

Nesta seção, usamos a língua Apyãwa como ilustração de aplicação de nosso protocolo de pesquisa sobre sintagmas adposicionais na literatura linguística. Preenchemos o documento principalmente com informações de Praça (2007), mas também de Praça, Magalhães e Cruz (2017). O Apyãwa é falado nas terras indígenas Tapirapé/Karajá e Urubu Branco (MT) e pertence ao ramo IV da família tupí-guaraní, de acordo com a classificação proposta por Rodrigues e Cabral (2002).

Como o objetivo deste artigo é propor um método de pesquisa e suscitar um debate sobre o comportamento dos sintagmas adposicionais e o tratamento recebido por eles nas pesquisas em nossa área, expomos versão resumida de nossas respostas, relativa essencialmente à obra de referência sobre o Apyãwa (Praça 2007). Para informações adicionais e respostas completas, baseadas em mais obras e publicações recentes, conferir Scandelari (2021).

1. O(A) autor(a) usa o termo “argumento” ou “complemento”? Em caso afirmativo, como o define?

Sim. Praça (2007) não apresenta definição explícita, porém deixa claro que argumento é função sintática. O sujeito e o objeto são tratados como argumento. Em algumas passagens, a autora parece usar “argumento” como sinônimo de complemento, inclusive de complemento de posposição:

Nomes e verbos quando instituem argumentos (complementos) recebem esse morfema. Não somente os itens lexicais, como nomes, incluindo os nomes próprios, e verbos, mas também as classes fechadas de pronomes e de demonstrativos podem recebê-lo. Os nomes marcados com {-a}, referenciantes, portanto, ocorrem como [...] complemento de posposição (90) [...]

3. [90] i-men-a	xe=r-ãpe-ø	r-opi	a-a
3.II-marido-REFER	1SG.II=R-caminho-REFER	R-POS	3.I-ir
'o marido dela vai no meu caminho'			

(Praça 2007: 40-41)

Em outras, Praça (2007: 135) parece contrapor complemento a argumento: “os complementos [...] foram alçados para a posição de argumento”. Nesse trecho sobre

incorporação nominal, a autora adota “complemento” para os constituintes exigidos por nomes, e reserva “argumento” para os exigidos por verbos. Praça (2007: 44) também associa a capacidade de designar entidades a “argumento” e atribui isso ao uso do morfema *-a*, cuja “[...] função parece ir além da de atribuir referência a temas predicativos, designando entidades e, por conseguinte, a de ser argumento”.

A autora emprega “argumento nuclear” e o associa ao SN: “Cabe ressaltar que sintagmas nominais (argumentos nucleares) não ativam o I2 [indicativo 2]” (Praça 2007: 79). Em outro trecho, a pesquisadora parece tratar “complemento oblíquo” obrigatório como “argumento nuclear”: “o constituinte posposicional não é um argumento nuclear, ou seja, [não é] um complemento oblíquo exigido pelo verbo” (Praça 2007: 106).

O argumento também é entendido como elemento exigido pelo predicado, tendo em vista que o núcleo oracional é o “predicado com sua estrutura argumental saturada” (p. 122-123). Essa concepção fregeana também aparece em “[...] orações intransitivas e transitivas, de acordo com o número de argumentos requeridos pelo verbo” (p. 180).

Para se referir a construções genitivas (nomes inalienavelmente possuídos), Praça (2007: 56) usa a expressão “complemento adnominal obrigatório”. A pesquisadora emprega “complemento nominal obrigatório” (p. 137) para descrever os elementos internos ao SP.

Sem necessidade de morfologia nominalizadora específica, verbos também podem receber diretamente o morfema *-a* ‘referenciante’ e passar a funcionar como argumento, mas apenas quando vão exercer a função de argumento único de construção intransitiva (4) ou de objeto de construção transitiva (5).

(4) [92] xe=∅-xe’eg-**a** mĩ i-ãrõãrõ
1SG.II=R-falar-REFER HAB 3.II-ser.bonito
‘minha fala sempre é bonita’

(5) [93] ie-∅ ã-ixã-matãr ne=∅-porããj-**a**
1SG-REFER 1SG.I-ver-querer 2SG.II=R-dançar-REFER
‘eu quero ver sua dança’

(Praça 2007: 41)

Com base nessas informações, constatamos que, embora o uso de “argumento” eventualmente oscile com o de “complemento”, as análises da autora se amparam em critérios sintáticos que podem ser aproveitados na identificação da função dos sintagmas adposicionais, a exemplo da designação de entidades, da não ativação do indicativo 2 e da previsão na estrutura argumental do predicado.

1.1 O(A) autor(a) usa o termo “sujeito”? Em caso afirmativo, como o define?

Sim. Praça (2007) não apresenta definição explícita, porém fornece “justificativa para a noção de sujeito” (p. 12), a qual se ampara no fato de “que é a categoria sujeito que controla a correferencialidade” (p. 186).

Em trechos da pesquisa que tratam de ordem de constituintes, também encontramos menção à categoria “sujeito”:

As estruturas oracionais transitivas SVO (538) ou OVS (539) são as mais frequentes na fala cotidiana [...]

- (6) [538] **Kono-∅** a-mim **xe=∅-pã'yr-a**
 Kono-REFER 3.I-esconder 1SG.II=R-colar-REFER
 ‘Kono escondeu meu colar’
- (7) [539] **xãwãroo-pypar-a** a-ixãk **xãri'i-∅**
 onça-rastro-REFER 3.I-ver Xãri'i-REFER
 ‘Xãri'i viu rastro de onça’

(Praça 2007: 185)

Ainda quanto à ordem dos constituintes, Praça (2007: 180) informa que, “Em orações constituídas apenas por sujeito e predicado, o sintagma nominal sempre antecede o predicado”. Segundo a autora, o sujeito pode ser elidido (p. 108-109) e tende a ser o tema da oração (p. 123-124). O controle de correferência é feito pelo sujeito gramatical: “são as relações gramaticais de Sujeito [S e A] que governam a reflexivização, a correferencialidade intraoracional, bem como entre sentenças complexas” (p. 190).

Em vista disso, a ordem de constituintes, a possibilidade de apagamento e os controles de correferencialidade e reflexivização são características relevantes do sujeito que podem auxiliar na delimitação sintática dos sintagmas adposicionais.

1.2 O(A) autor(a) usa o termo “objeto”? Em caso afirmativo, como o define?

Sim. Praça (2007: 190) afirma que “A única propriedade positiva que define a função de objeto é que o Paciente pode ocupar a única vaga morfológica do transitivo nas orações independentes em virtude da hierarquia de pessoa”. O objeto pode ser elidido desde que haja menção prévia a ele: “Em Tapirapé, uma característica dos argumentos nucleares sujeito e objeto, enquanto sintagmas nominais, é que eles podem ser elididos quando mencionados anteriormente (292b)” (Praça 2007: 108-109):

- (8) [292a] **ãxe'i** rãka moro-∅ i-pyyk-i peke'i-∅
 ontem PAS.REC Moro-REFER 3.II-pegar-I2 pequi-REFER
 ‘ontem Moro pegou pequi’
- (9) [292b] **ãxe'i** rãka i-pyyk-i
 ontem PAS.REC 3.II-pegar-I2
 ‘ontem (ela) pegou’

(Praça 2007: 109)

Assim, são características do objeto: ocupar vaga no verbo transitivo em função da hierarquia de pessoa e ser elidido, a depender do contexto. Conforme o exemplo 10 a seguir, o objeto pode ser um verbo com o sufixo referenciante *-a*, sem nominalização:

- (10) [9] ã-inow i-xe'eg-a
 1SG.I-ouvir 3.II-falar-REFER
 ‘eu escuto a fala dela’

(Praça 2007: 12)

1.3 Quais são os tipos de objeto na língua?

Os tipos mencionados por Praça (2007) incluem o “objeto de verbos transitivos”, o “complemento de posposições” e o “complemento de nomes relativos e autônomos”.¹⁰

2. O(A) autor(a) usa o termo “adjunto”? Em caso afirmativo, como o define?

Sim. O termo é usado apenas cinco vezes na obra por nós consultada e sempre na expressão “adjunto extra núcleo oracional”, em contraposição aos constituintes internos do núcleo da oração, estes tratados como “argumentos nucleares”, conforme vemos em: “expressões adverbiais são ‘adjuntos extra núcleo oracional’, isto é, compõem a oração, no entanto, não fazem parte do núcleo oracional” (Praça 2007: 122).

O principal critério usado por Praça (2007: 106) para diferenciar adjuntos de argumentos é a ativação do chamado “(modo) indicativo 2”: “o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional [...]. Os argumentos nucleares, portanto, não ativam o indicativo 2 por serem constituintes internos ao núcleo oracional”. Adicionalmente, a autora informa que expressões adverbiais “genuínas” (p. 86) não recebem o sufixo *-a*, o que sugere ser uma característica de adjunto na língua.

2.1 O(A) autor(a) usa algum termo semelhante a “adjunto”, tal como “adverbial”, “circunstante”, “circunstancial”, “periférico”, etc.? Em caso afirmativo, como o define?

Sim. Praça (2007) utiliza “expressão adverbial” como macroclasse que inclui “posposições, quantificadores e advérbios” (p. XVIII), haja vista que “exercem funções circunstanciais na oração” (p. 8) ou “acrescentam informações adicionais” (p. 123). Além disso, esses elementos “compartilham propriedades distribucionais e morfológicas [...] a saber: ativam o **indicativo 2** [...] e podem ser nominalizados pelo sufixo {-wār} ‘nominalização de circunstância’ ” (p. 137).

Em relação a “circunstância”, Praça (2007) usa o termo em “nominalização de circunstância” (p. 70), “circunstância condicional” (p. 198) e “circunstância temporal” (p. 205), mas não apresenta definição. A expressão “modo circunstancial” é citada como sinônimo do modo indicativo 2 (p. 122).

Por fim, “periférico” é relacionado a expressões adverbiais e empregado para indicar extremidades ou posição não central: “[...] expressões adverbiais que, como elementos periféricos, ocupam, em geral, a posição final da sentença” (Praça 2007: 122); “as expressões adverbiais são elementos periféricos ao núcleo da oração [...] compõem a oração, no entanto, não fazem parte do núcleo oracional” (p. 122).

3. O(A) autor(a) usa o termo “oblíquo”? Em caso afirmativo, como o define?

Sim. No entanto, Praça (2007) não apresenta definição explícita de “oblíquo”, porém contrapõe o termo à ideia de argumento, conforme os trechos “o constituinte posposicional [dos verbos de cognição e percepção] é um oblíquo e não um argumento do verbo” (p. 106) e

¹⁰ Uma vez que análises e definições de termos nem sempre são explicitadas nas obras, o levantamento dessas denominações pode servir de recurso adicional para compreendermos a visão dos autores a respeito dos fenômenos em análise.

Comparando os exemplos (289a) e (289b), observe-se que no segundo exemplo foi introduzido um novo participante, *Marãxe'i*, e o verbo recebe o morfema {-akãr}. O novo participante ocupa a posição de sujeito, e, como a posição do objeto já estava ocupada, o participante demovido da posição de sujeito recebe uma marca de oblíquo.

(Praça 2007: 108)

(11) [289a] ãpi-ø a-mook korinãka'i-ø
mamãe-REFER 3.I-molhar Korinãka'i-REFER
'mamãe molhou Korinãka'i'

(12) [289b] marãxe'i-ø ãpi-ø ø-we a-mook-akãr korinãka'i-ø
Marãxe'i-REFER mamãe-REFER R-POS 3.I-molhar-MASD Korinãka'i-REFER
'Marãxe'i molhou Korinãka'i por meio de mamãe'

(Praça 2007: 107)

Quanto a essa última citação, retomamos uma dúvida postulada no início deste artigo: um SP causado em uma causativa de transitivo seria argumento ou adjunto? À primeira vista, Praça (2007) trata como adjunto, porém, ao registrar a dúvida entre argumento nuclear e oblíquo, dá indícios de que a análise permanece em aberto, o que se repete com a seguinte modalização: “Até esse momento da pesquisa, parece-me que o oblíquo causado [SP *causee*] não demonstra possuir propriedades formais que o qualifiquem como argumento nuclear” (p. 110). Adicionalmente, afirma que os oblíquos “não são obrigatórios” (p. 109) e que “eles podem ativar o indicativo 2” (p. 109), sendo esta uma característica fundamental para diferenciá-los dos argumentos nucleares (p. 106). Assim, acaba por tratar “oblíquo” como “adjunto”: “o indicativo 2 só é ativado por adjuntos extra núcleo oracional” (p. 106).

Além dos oblíquos causado e beneficiário, Praça (2007: 106) também classifica como “oblíquo” os constituintes posposicionais que ocorrem com os “verbos de cognição e percepção” (p. 105) e informa: “Um outro fator que corrobora a evidência de que o constituinte posposicional é um oblíquo e não um argumento do verbo está relacionado à sua posição na sentença” (p. 106).

4. *O(A) autor(a) usa o termo “predicado”? Em caso afirmativo, o define em termos de informação sobre um sujeito (Aristóteles) ou em termos lógicos (Frege)? Ou usa algum outro critério?*

Sim. Praça (2007) usa o termo na perspectiva fregeana e afirma que nomes e verbos predicam. A autora informa que, por causa da onipredicatividade, o critério sintático (distinção entre predicado e argumento) não é suficiente para diferenciar a classe lexical (p. 10). A identificação do argumento se faz pelo critério morfológico (codificação com *-a*), em oposição ao predicado (ausência do *-a*): “A função predicativa não é marcada morfológicamente, ou seja, a ausência de marca indica a função predicativa. A função argumentativa é assinalada pelo {-a}”.

Com base na frequência de uso, Praça (2007, p. 13) constata que os nomes tendem a ser argumentos, e os verbos, predicados. Ademais, em orações equativas e inclusivas, o predicado é marcado com o sufixo *-a* (p. 44-45).¹¹

¹¹ O predicado equativo marcado com *-a* é recorrente na família tupí-guaraní, a exemplo do que ocorria no Tupinambá e do que ocorre em outras línguas, como Apyãwa, Assuriní do Tocantins, Guajá, Kamaiurá (cf. Queixalós 2006).

Segundo a autora, nos predicados nominal e verbal, ocorrem o mesmo prefixo de causativização (p. 13-14), morfema descontínuo de negação (p. 16) e sufixo de nominalização (p. 17 e 71). Conforme Praça (2007: 17),

À luz dos dados, pôde-se observar que os processos morfossintáticos de aumento de valência, indicação de tempo ou aspecto e negação demonstram de forma clara que as similaridades comportamentais compartilhadas são decorrentes da predicatividade de ‘nomes’ e ‘verbos’.

Os tipos de predicado são diferenciados com base na codificação de pessoa (p. 196). Além disso, os predicados podem ser “ativos” (prefixos da Série I) e “não ativos” (prefixos da Série II) (p. 199-200). Percebemos, assim, que a descrição de Praça (2007) não centra o debate sobre a expressão de pessoa no tipo verbal, mas no tipo de predicado.

Por fim, Praça (2007: 123) também relaciona “predicado” a “rema” ao afirmar que, “comumente em uma oração, o predicado é o rema, a informação central e nova”.

Praça, Magalhães e Cruz (2017: 48, grifos nossos), por sua vez, informam que constituintes adverbiais, os quais incluem o SP, podem exercer a função de predicado no Apyãwa. Segundo as autoras,

Em **Apyãwa**, em Guajá e em Nheengatú, expressões adverbiais podem funcionar como **predicado** sem necessidade de cópula. [...] O exemplo (25a) abaixo ilustra um **sintagma posposicional em função de predicado** em Guajá. Observe que em (25a) o nome *tapi’ir-a*, flexionado pelo sufixo *-a*, funciona como argumento único do predicado adverbial *ka’a-pe*. O exemplo (25a) contrasta com (25b), em que o mesmo nome, sem o sufixo *-a*, ocorre como predicado existencial, enquanto a expressão adverbial ocorre como adjunto. **Similarmente**, no exemplo (26a) do Apyãwa, a expressão adverbial também funciona como predicado, exigindo um argumento *tãpi’ir-a*, flexionado pelo sufixo referenciante *-a*.

Reproduzimos a seguir os dados das autoras:

- | | | | |
|------------|---|-----------------------------------|----------|
| (13) [25a] | tapi’ir-a
anta-RFR | ka’a-pe
mato-LOC | (Guajá) |
| | ‘A anta está no mato’ | | |
| | [...] | | |
| (14) [26a] | tãpi’ir-a
anta-RFR | [ka’ã-pe]
mato-LOC | (Apyãwa) |
| | ‘A anta está no mato’ | | |
| | [...] | | |
| (15) [28a] | wetepe
muitos | kã’i [kã’ã-pe]
macaco mato-LOC | (Apyãwa) |
| | ‘Muitos macacos estão no mato’ | | |
| | (Praça, Magalhães e Cruz 2017: 48-49, colchetes nossos) | | |

5. O(A) autor(a) propõe algum critério sintático ou identifica alguma propriedade sintática para diferenciar argumentos e adjuntos?

Sim. Quanto ao indicativo 2, Praça (2007: 122) formula a seguinte hipótese:

Entretanto, uma questão que parece ser pertinente é: por que somente as expressões adverbiais podem ativar o I2 ao ocupar essa posição? Minha hipótese para esta questão é a de que as expressões adverbiais são elementos periféricos ao núcleo da oração, enquanto que os argumentos nominais são elementos internos. Sintaticamente, as expressões adverbiais são ‘adjuntos extra núcleo oracional’, isto é, compõem a oração, no entanto, não fazem parte do núcleo oracional.

Com isso, entendemos que o foco da autora para fazer a distinção entre argumentos e adjuntos é o fato de apenas argumentos ocorrerem no “núcleo oracional”. A ativação do indicativo 2 funciona como teste sintático para medir o grau de nuclearidade de um constituinte. Os argumentos nucleares não acionam o indicativo 2, diferentemente dos não nucleares: “Os argumentos nucleares, portanto, não ativam o indicativo 2 por serem constituintes internos ao núcleo oracional”; “o constituinte posposicional não é um argumento nuclear, ou seja, [não é] um complemento oblíquo exigido pelo verbo” (Praça 2007: 106). Ademais, conforme exposto na questão 1, Praça (2007) associa a capacidade de designar entidades à noção de argumento, embora esse não seja um critério sintático.

Assim, são critérios para fazer a distinção: ativação do indicativo 2 (p. 79), impossibilidade de receber o sufixo *-a* ‘referenciante’ (p. 86) e possibilidade de receber o sufixo *-wār* ‘nominalização de circunstância’, que “ocorre somente com expressões adverbiais” (p. 70 e 137). Não encontramos menções explícitas a testes sintáticos.

6. *Adposições ocorrem com quais elementos? Qual a ordem deles?*

No Apyãwa, as posposições ocorrem com marcadores de pessoa, que podem ser prefixos ou pronomes clíticos. Como esses marcadores se dividem em paradigmas, chamados de “séries”, as posposições podem receber: prefixos não acentuados (série III), clíticos (série II, exceto terceira pessoa), prefixo *i-* (terceira pessoa da série II), sintagma nominal (o qual pode incluir nomes marcados com o intensivo *-’o* ou o atenuativo *-’i*), prefixo relacional (*r-*), sufixo negativo *-e’ym*, demonstrativos espaciais, demonstrativos anafóricos, reflexivo *xe-* e recíproco *xa-*. As posposições têm “complemento obrigatório” (Praça 2007: 36). De acordo com Praça (2007: 137), a estrutura do SP pode ser assim descrita:

As posposições, que são o núcleo do sintagma posposicional, são precedidas pelo prefixo relacional {**r-**} (*r-* ~ \emptyset ~ ∞ ~ *n-*) [...]), quando seu complemento é um sintagma nominal sempre marcado com o sufixo {**-a**} ‘referenciante’ (372), ou um clítico da série II (373). Caso contrário, elas são introduzidas pelo prefixo {**i-**} de terceira pessoa da Série II (374) ou pelo paradigma de pessoa da Série III (375).

À exceção do sufixo de negação, os “complementos” e os demais elementos ocorrem à esquerda das posposições. Praça (2007: 52) informa que as posposições podem ser reduplicadas, porém não identificamos exemplos desse processo: “A reduplicação é um processo morfológico produtivo em Tapirapé. Ocorre em nomes, verbos, posposições, advérbios, numerais e em morfemas como o atenuativo e o intensivo”.

Praça (2007) descreve, ainda, as locuções posposicionais (“compostas de um nome que recebe os locativos {**-ipe**} e {**-imo**}, formando sintaticamente um todo indivisível, que funciona como posposição” (p. 147)) e os conectivos discursivos

(“locuções resuntivas formadas pelo demonstrativo *ã’ẽ*, que recebe [...] a posposição {-wi} ‘ablativo’ ” (p. 203)).

6.1 *Adposições ocorrem com argumento interno oracional?*

Não identificamos exemplos de posposições com argumento interno de tipo oracional. Para que uma oração exerça a função de “complemento” (argumento) de posposição, precisa ser nominalizada, passando a atuar de maneira idêntica aos demais nomes.

7. *Existem semelhanças entre adposições, nomes e verbos? Em caso afirmativo, quais são elas?*

Sim. Ao tratar da “morfologia transcategorial,”¹² Praça (2007: 25) informa que o prefixo relacional *r-* e os marcadores de pessoa das séries II (clíticos) e III ocorrem com verbos, nomes e posposições. O prefixo relacional *r-* e os prefixos das séries II e III também ocorrem com orações subordinadas.

Os prefixos *xe-* ‘reflexivo’ e *xa-* ‘recíproco’ são usados com posposições e verbos. O sufixo de negação *-e’ym* ocorre com nomes, verbos, advérbios, posposições e construções subordinadas adverbiais (p. 50). Outra semelhança entre essas classes seria a reduplicação, um processo morfológico que “ocorre em nomes, verbos, posposições, advérbios, numerais e em morfemas como o atenuativo e o intensivo” (Praça 2007: 52).

8. *Como o(a) autor(a) descreve sintaticamente os sintagmas adposicionais?*

No Apyãwa, as posposições são consideradas “expressões adverbiais” (Praça 2007: 70 e 137) e, em consequência, são descritas como adjuntos. As chamadas “locuções posposicionais” (“nomes marcados com os locativos”), por sua vez, são tratadas como oblíquo (Praça 2007: 146). Conforme visto na questão 3, a autora não identificou “verbos divalentes com oblíquo obrigatório” (p. 105). Os SPs previstos na valência semântica dos verbos são considerados adjuntos, e a justificativa principal para essa análise é o fato de acionarem o indicativo 2 quando topicalizados.

Praça (2007: 122) usa a expressão “complemento circunstancial” para tratar dos constituintes que acionam o indicativo 2 (I2), entre os quais está o SP: “Praça (2001) imputa à topicalização de um complemento circunstancial a ocorrência do I2 no Tapirapé”.

Em relação à função de predicado, como visto na questão 4, encontramos menção a expressões adverbiais atuando como predicado em Praça, Magalhães e Cruz (2017). Essa análise alternativa contempla as construções formadas pelo indicativo 2, de maneira que as autoras em questão interpretam o SP deslocado para a posição pré-verbal como predicado principal da estrutura.

9. *Há sintagmas adposicionais envolvidos com estruturas aplicativas? Em caso afirmativo, como se comportam sintaticamente?*

Não, mas Praça (2007: 130) trata o causativo comitativo como um aplicativo: “O causativo comitativo {*era-*} (*era-* ~ *ra-* ~ *r-* ~ *ere-* ~ *re-* ~ *wera-* ~ *wer-*) é um aplicativo

¹² “[...] morfemas que são onipresentes em diferentes tipos de constituintes, principalmente naqueles compostos por nomes e verbos, mas que também podem aparecer nos constituídos por posposições e advérbios” (Praça 2007: 25).

que, diferentemente do morfema {**ma-**}, aumenta a valência verbal apenas de verbos intransitivos ativos”. E, em nota de rodapé, a autora assim define aplicativo: “‘Aplicativo’ é um processo morfossintático que promove um participante para a posição de objeto”. Porém, nos dados, não se encontram SPs avançando para a posição de objeto. O que se vê com o uso da morfologia causativa comitativa é uma construção intransitiva ganhar mais uma vaga argumental, tornando-se transitiva.

10. O que diferencia os sintagmas adposicionais de outros sintagmas?

Conforme visto anteriormente, os SPs são considerados “expressões adverbiais”, caracterizadas por acionar o indicativo 2 e ser nominalizadas com o sufixo *-wār* ‘nominalização de circunstância’ (Praça 2007: 137). Em relação à ordem, “geralmente, ocupam a posição final nas sentenças” (p. 123). Segundo Praça (2007: 86), a marca do sufixo *-a* é “vedada às expressões adverbiais ‘genuínas’”. Não encontramos elementos exclusivos de SPs.

11. Sintagmas adposicionais estão envolvidos em algum processo particular de focalização ou topicalização com implicações estruturais específicas? Em caso afirmativo, especifique.

Sim. Podem alterar o núcleo do predicado as “formas circunstanciais” (Praça 2007: 70) ou “expressões adverbiais” (p. 137), entre as quais se incluem advérbios, locuções posposicionais, posposições, quantificadores, além de outros elementos, como orações subordinadas adverbiais, “oblíquos”, “oblíquos *causado* decorrentes da marcação do sufixo {**-akār**} [‘causativo de verbos transitivos’]” (p. 110), pró-formas interrogativas, pronomes demonstrativos e “nomes espaciais” (p. 89).

O núcleo do predicado passa a receber o sufixo *-i* (*-i* ~ *-ø*) quando essas formas iniciam a sentença e há “argumentos sujeito e objeto de terceira pessoa” (p. 120) com verbos transitivos e intransitivos ativos. Pragmaticamente, a autora trata o processo como desrematização do predicado (p. 124).

Os demonstrativos espaciais dêíticos, apesar de ativarem o indicativo 2, podem receber o sufixo *-a*, razão pela qual são classificados como nominais. No caso do pronome demonstrativo anafórico *ākaj*, que aciona o indicativo 2, mas não recebe o sufixo *-a*, Praça (2007) o considera um nominal por “funcionar como núcleo de sintagma nominal [...] e de não precisar receber o sufixo referenciante para ocupar uma posição de argumento” (p. 90). Isso acaba por sugerir que o teste do indicativo 2 para identificar expressões adverbiais ou adjuntos pode ser relativizado.

12. Há adposições multifuncionais com função pragmática? Em caso afirmativo, especifique.

À primeira vista, não. Encontramos posposições multifuncionais, como *we* ‘destinatário’, ‘benefactivo’, ‘causado’ e *wi* ‘ablativo’, ‘complementação de relação’, mas não com função claramente pragmática, conforme resposta ao item 13.3 adiante.

13. Quais papéis semânticos são expressos pelos sintagmas adposicionais?

Conforme previsto na literatura teórica (cf. Hagège 2010; Haspelmath 2003), as posposições do Apyãwa são polissêmicas e podem expressar diversos papéis semânticos. Esses papéis estão sistematizados na Tabela 1:

- (18) [260] ne=∅-kyrã-'i ã'ẽ i-xope
 2SG.II=R-ser.gordo-ATE 1SG.dizer 3.II-POS
 'você está gordinha, eu disse para ela'
 (Praça 2007: 98)
- (19) [297] mani'aki-∅ a-ma-na korowã-∅ kãtowyg-a ∅-we
 mani'aki-REFER 3.I-CAUS-ir abóbora-REFER Kãtowyga-REFER R-POS
 'Mani'aki mandou abóbora para Kãtowyga'
 (Praça 2007: 110)

Os chamados “verbos de cognição e percepção” (*ma'ẽ* ‘olhar’, *'ew* ‘gostar’, *eã* ‘lembrar’, p. 105) costumam aparecer com a posposição *ee* (*ee* ~ *e*) ‘superessivo’ (‘em contato com, sobre’), ‘complemento determinativo de matéria’, ‘por causa de’ e ‘sobre, a respeito’.

A respeito de estruturas similares à passiva e, conseqüentemente, à possível existência de mais um SP agente, Praça (2007: 219) afirma: “A recursividade da causativização seguida da reflexivação aponta para uma construção, que de certa forma pode ser denominada de ‘passiva’”. Não identificamos exemplos dessa construção.

Quanto à estrutura causativa de transitivo, podemos afirmar que o papel de agente ocorre em SP. Observa-se que, com o sufixo *-akãr* ‘causativo’, os SPs são usados no sentido de “fazer por meio de alguém” (exemplos 289b, 291b, 295, 296, 298, 380). Em 546 há sentido distinto (“para mim”). A posposição usada nessas situações também é *we*.

13.2 Há adposições distintas para expressar lugar, meta e origem? Especifique.

Sim. Os dados levantados no Apyãwa confirmam a tipologia de Pantcheva (2010). Existem diferentes posposições que exprimem noções locativas, como: *opi* ‘perlativo’ “lugar através do qual se passa” (Praça 2007: 143) (exemplos 393 e 394); *pype* ‘inessivo’ (397) e ‘ilativo’ “movimento para dentro” (p. 144) (exemplo 398); *enone* ‘anterioridade’ (399 e 400); *ewiri* ‘posterioridade’ (402); *awãke* ‘antessivo’ “à frente de determinada entidade” (p. 146) (exemplo 407). As locuções posposicionais também indicam papéis locativos, conforme exemplos 411 a 416 de Praça (2007). Quanto aos papéis semânticos de meta e origem, identificamos: *kãty* ‘alativo’ (exemplos 403 e 404), *awãxi* ‘alativo terminativo’ (408) e *wi* ‘ablativo’ literal (382) e metafórico (383).

13.3 Há alguma adposição que desempenha múltiplas funções semânticas? Em caso afirmativo, especifique a posposição e liste suas funções.

Sim. De acordo com Praça (2007), existem quatro posposições que exercem mais de um papel semântico, quais sejam: 1. *we* ‘destinatário’ (exemplo 378), ‘benefactivo’ (379), ‘causado’ (*causee*) (380) e ‘complementação de relação’ (‘no que respeita a’) (381); 2. *wi* ‘ablativo’ (exemplos 382 e 383) e ‘comparativo de superioridade’ (384); 3. *ee* ‘superessivo’ (‘em contato com, sobre’) (387), ‘complemento determinativo de matéria’ (388), ‘por causa de’ (389) e ‘sobre, a respeito’ (390); e 4. *pype* ‘inessivo’ (397) e ‘ilativo’ (“movimento para dentro”, p. 144) (398).

14. *Há adposições derivadas? Em caso afirmativo, apresentam alguma particularidade frente ao conjunto das demais adposições? Especifique e informe percurso diacrônico, se possível.*

Em nossa interpretação, sim. Conforme resposta às questões 6 e 13, Praça (2007: 146) as classifica como “locuções posposicionais”, as quais pertencem à classe das expressões adverbiais, exercem funções circunstanciais e atuam como “oblíquos”.

Praça (2007: 147, grifos nossos) afirma que “As locuções posposicionais são compostas de um **nome** que recebe os locativos {-ipe} [-ipe ~ -pe ~ -ime ~ -me ‘locativo pontual’] e {-imo} [-imō ~ -mō ~ -wō ‘locativo difuso’]¹³, formando sintaticamente um todo indivisível, que funciona como posposição”. Tal afirmação revela a origem nominal desses elementos posposicionais, uma pista diacrônica relevante. A própria autora atesta que há casos desse tipo em os “nomes se tornam opacos” (Praça 2007: 147). Na maioria dos exemplos desta seção, Praça (2007) não informa, na glosa, o significado do elemento que recebe os sufixos locativos, formando o que a pesquisadora classifica de “locuções posposicionais”, apresentadas na resposta à questão 13.

15. *Há afixos de caso com função semelhante à desempenhada pelas adposições? Em caso afirmativo, como o(a) autor(a) os diferencia das adposições?*

Praça (2007) não faz menção explícita a afixos de caso no Apyãwa, mas as chamadas “locuções posposicionais” parecem ser constituídas dessa forma, pois são “nomes marcados com os locativos {-ipe} (-ipe ~ -pe ~ -ime ~ -me) ‘locativo pontual’ e {-imō} (-imō ~ -mō ~ -wō) ‘locativo difuso’ ” (Praça 2007: 146).

16. *Com relação a adjuntos, argumentos, predicados e sintagmas adposicionais, quais termos o(a) autor(a) usa? Existe alguma terminologia particular?*

Sim. Identificamos variedade considerável de termos e expressões, alguns dos quais listamos a seguir: a) complementação de relação, complemento determinativo de matéria; b) argumento nuclear, complemento adnominal obrigatório, complemento de posposição; c) predicados ativos, predicados não ativos, predicados descritivos, predicado existencial. Segundo a análise de Praça (2007), os termos do grupo a) são adjuntos, os do grupo b) são argumentos, e os do c) são predicados.

Essa breve amostra evidencia que o exame da terminologia empregada em descrições e análises de línguas é muito necessária, uma vez que os termos acabam por revelar pistas interessantes sobre o valor gramatical de sintagmas adposicionais e, até mesmo, sobre as próprias dúvidas dos pesquisadores frente a suas classificações. Outro ponto relevante que a análise terminológica nos propicia é a constatação de que há necessidade urgente de uniformizar os termos em nossas pesquisas (cf. Scandelari e Gomes 2023).

17. *Apresente uma proposta de classificação escalar dos sintagmas adposicionais entre predicado, argumento e adjunto.*

A aplicação do protocolo tem por meta averiguar o *status* dos sintagmas adposicionais nas pesquisas sobre uma dada língua em estudo. Nesta questão em particular, chegamos a uma síntese das questões anteriores. Aqui, é possível elaborar

¹³ De acordo com Praça (2007: 146), “Os referidos morfemas locativos diferem das posposições por não receberem o prefixo relacional {r-} nem o prefixo de terceira pessoa da Série II {i-}”.

análise alternativa dos dados levantados, desde que amparada nas informações identificadas por meio do protocolo de pesquisa. Considerando os objetivos deste artigo e a limitação de espaço, não apresentamos nossa proposta de classificação escalar dos SPs no Apyãwa, mas ela pode ser consultada em Scandelari (2021).

6. Considerações finais

Conforme avançam os estudos tipológicos, aumenta a necessidade de estabelecer bases de dados comparáveis entre si, o que implica padronizar tanto a coleta/geração dos dados quanto a pesquisa bibliográfica. Neste sentido, o presente protocolo de pesquisa foi concebido por uma demanda prática, de utilizar metodologias comuns na comparação de constituintes específicos.

Dada sua extensão, esta ferramenta não necessariamente simplifica o trabalho de pesquisa, mas é útil como metodologia uniforme e sistematizada de análise dos dados. Além disso, sua utilização pode estimular futuros métodos comuns de geração de dados em pesquisas de campo. Também é possível confrontar as informações geradas a partir do protocolo com as de outras técnicas, a fim de compará-las e aprimorar a qualidade de nossas pesquisas.

Como toda abordagem de pesquisa, temos consciência de que este recurso não é imparcial teoricamente. Ele parte de pressupostos funcionalistas e tipológicos, os quais se manifestam mais explicitamente na última pergunta, relativa à visão escalar que adotamos para a função sintática dos constituintes, mas também nas questões sobre pragmática e semântica.

Adicionalmente, compreendemos que a descrição e análise da gramática de uma língua é muito complexa e que, nos prazos acadêmicos, não conseguimos cobrir todos os temas necessários com a devida profundidade. Os sintagmas adposicionais são um exemplo disso.

Por essa razão, de maneira semelhante a Salinas e Ospina Bozzi (2019), gostaríamos de convidar pesquisadores e especialistas em línguas indígenas a empreender estudos utilizando o protocolo de pesquisa apresentado. Esperamos, deste modo, contribuir para a identificação e possível proposição de padrões gramaticais comparáveis translinguisticamente, assim como auxiliar na padronização de pesquisas sobre o tema.

Referências

- Comrie, Bernard (1981). *Language universals and linguistic typology: syntax and morphology*. University of Chicago Press.
- Creissels, Denis (2014). Cross-linguistic variation in the treatment of beneficiaries and the argument vs. adjunct distinction. *Linguistic Discovery* 12(2): 41-55. <https://doi.org/10.1349/PS1.1537-0852.A.445>
- Dixon, R. M. W. (1979). Ergativity. *Language* 55: 59-138. <https://doi.org/10.2307/412519>
- Dixon, R. M. W. (2002). *Ergativity*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511611896>
- Epps, Patience (2008). *A grammar of Hup*. Mouton de Gruyter.
- Furtado da Cunha, Maria Angélica; Costa, Marcos Antonio (2003). A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. *Veredas* 5(2): 61-70. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25308>

- Furtado da Cunha, Maria Angélica; Souza, Maria M. de (2011). *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, v. 2.
- Givón, T. (2001). *Syntax: an introduction* vol. 1 John Benjamins Publishing Company.
- Gomes, Dionei M. (2016). Sintagma verbal, nominal e posposicional em Mundurukú (Tupí): possível isomorfismo. In Francesc Queixalós; Dionei M. Gomes (org.), *O sintagma nominal em línguas amazônicas*, pp. 263-290. Pontes Editores.
- Gomes, Dionei M. (2019). Postpositions in Munduruku (Tupi): Formal and functional features. *Forma y Función* 32(2): 109-150. <https://doi.org/10.15446/fyf.v32n2.80817>
- Gomes, Dionei M.; Scandelari, Arthur B. (no prelo). Focalization of adverbial constituents in Tupí-Guaraní languages. In Zarina Estrada-Fernández; Albert Alvarez Gonzalez; Armando Mora-Bustos; Dionei M. Gomes (orgs.), *Dependencias simétricas y asimétricas: dominios semánticos y sus motivaciones*.
- Hagège, Claude (2010). *Adpositions: function-marking in human languages*. Oxford University Press.
- Haspelmath, Martin (2003). Adpositions. In William J. Frawley (ed.), *International Encyclopedia of Linguistics*, pp. 39-41. Oxford University Press.
- Haspelmath, Martin (2009). Terminology of case. In Andrej Malchukov; Andrew Spencer (eds.), *The Oxford handbook of case*, pp. 505-517. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199206476.013.0034>
- Haspelmath, Martin (2019). Differential place marking and differential object marking. *Language Typology and Universals* 72(3): 313-334. <https://doi.org/10.1515/stuf-2019-0013>
- Haspelmath, Martin (2021). Explaining grammatical coding asymmetries: Form–frequency correspondences and predictability. *Journal of Linguistics* 57(3): 605-633. <https://doi.org/10.1017/S0022226720000535>
- Hopper, Paul J.; Thompson, Sandra A. (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language* 56(2): 251-299. <https://doi.org/10.2307/413757>
- Keenan, Edward L.; Comrie, Bernard (1977). Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry* 8(1): 63-99. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4177973>
- Magalhães, Marina Maria S. (2007). *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupí-Guaraní)* (Tese de doutorado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3188>
- Pantcheva, Marina (2010). The syntactic structure of location, goals and sources. *Linguistics* 48(5): 1043-1081. <https://doi.org/10.1515/ling.2010.034>
- Praça, Walkíria N. (2007). *Morfossintaxe da língua Tapirapé* (Tese de doutorado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6626>
- Praça, Walkíria N.; Magalhães, Marina Maria S.; Cruz, Aline da (2017). Indicativo II da família Tupí-Guaraní: uma questão de modo? *LIAMES. Línguas Indígenas Americanas* 17(1): 39-58. <https://doi.org/10.20396/liames.v17i1.8646480>
- Queixalós, Francesc (2006). The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani. In Ximena Lois; Valentina Vapnarsk (eds.), *Lexical categories and root classes in Amerindian Languages*, pp. 249-287. Peter Lang AG.
- Rodrigues, Aryon D.; Cabral, Ana Suely A. C. (2002). Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In Aryon D. Rodrigues; Ana Suely A. C. Cabral (orgs.), *Línguas indígenas brasileiras*:

fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, t. 1, pp. 327-337. Belém: EDUFPA.

Rosch, Eleanor (1973). Natural categories. *Cognitive Psychology* 4: 328-350.

Salinas, Lorena O.; Ospina Bozzi, Ana M. (2019). Herramienta para recolección de información sobre clases de palabra en diversas lenguas. *Forma y Función* 32(2): 223-254.
<https://doi.org/10.15446/fyf.v32n2.80821>

Scandelari, Arthur B. (2021). *Sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní: adjuntos, argumentos e predicados* (Dissertação de Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42067>

Scandelari, Arthur B.; Gomes, Dionei M. (2023). Terminologia e análise linguística: os sintagmas posposicionais em línguas da família tupí-guaraní. In María Alejandra Regúnaga; Dionei M. Gomes; Arthur B. Scandelari (orgs.), *Diversidade linguística na América: línguas ameríndias*, vol. 2. Pontes Editores.

Seki, Lucy (2000). *Gramática do Kamaiurá: Língua tupi-guarani do Alto Xingu*. Editora da UNICAMP.

CRedit – Taxonomia de roles de colaboração acadêmica

Agradecimentos

Agradecemos aos avaliadores que fizeram a avaliação crítica do manuscrito, no âmbito do processo de revisão por pares. Agradecemos também à Revista LIAMES o excelente suporte dado a esta publicação.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram não ter interesse comercial ou de qualquer outro tipo que interfira na publicação do texto, submetendo-se às normas da Revista LIAMES.

Contribuição do autor/autores

O texto foi elaborado em colaboração mútua entre os dois autores, tendo ambos participado da produção, organização dos dados, da escrita do artigo, da revisão bibliográfica e da produção final e revisão do artigo.

Ética em pesquisa com seres humanos

Não se aplica.

Financiamento da pesquisa

O autor Arthur Britta Scandelari recebeu financiamento do Decanato de Pós-Graduação (DPG) da Universidade de Brasília (UnB) para esta publicação e é bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Recebido: 30/10/2022

Segunda rodada de avaliação: 8/5/2023

Versão revista e corrigida: 17/7/2023

Aceito: 19/7/2023

Publicado: 24/7/2023